



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ

COMITÊ DE GESTÃO ESTRATÉGICA E RISCOS (CGER)

Extrato da Ata da 3ª reunião – 2024

1) IDENTIFICAÇÃO:

Data/Hora/Local da Reunião:

22/08/2024 – 16hs – Presencial/Videoconferência

Participantes (Membros):

ASSP – Jillian Roberto Servat
SECCRE - Silvia Albuquerque Medici Metri
SECAD – Iuri Camargo Kisovec
SECGP - Gabrielle Ana Selig Shiohara
SECPLEI- Valcir Mombach
SECOFC – Helton José Sanchez
SECTI - Gilmar José Fernandes de Deus
SECJUD - Danielle Cidade Morgado Maemura, representada por Daniela Nunes Pinheiro
SECOM – William Gallera Garcia
CEPG – Diogo Sguissardi Margarida
CTSI – João Paulo de Castro
ASJUR - Daniele Cristine Forneck Franzini
Juíza de Cooperação de 1º Grau: Dra. Vanessa Jamus Marchi
Cartório da 010ª ZE da Lapa – Dieison Picin Soares Bernardi

Presentes também:

- SECAUDI: Hillene de Cassia Sbalqueiro Silva Meira
- COEJE: Domício Prates Ribeiro Filho
- CCS: Melissa Diniz Medroni
- AIA: Claudia Afanio, representada por Samantha Balduino dos Santos Ferst
- SPE: Patricia Fretta N. Lima Cabral, Heloísa H. Oliveira Coelho e Maria Angélica Gasparetto
- NLGPD: Fabio Henrique da Silva Skonieczny e Ana Paula Moura Crevelaro
- NEST: Ivete de Oliveira Rosa
- NAGTI: Hélio da Conceição Camillo Junior
- ATSECAD: Alexei Preto Rodrigues
- SCA: Ana Paula Winters Bosco Scuissiatto
- SAGI: Kelly Padilha Lopes e Luciana Campanholi, responsável por secretariar os trabalhos.

Pauta/Finalidade:

1. Apresentar o monitoramento do risco “Divulgação de informações conflitantes sobre as eleições de 2024 para o público externo”.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ

2. Apresentar o monitoramento do risco “Descentralização das urnas, pois há em torno de 40% de urnas novas, que estão na fase de testes”.
3. Apresentar os riscos críticos organizacionais que foram gerenciados nos últimos 3 anos, para avaliação e inclusão no PAA.
4. Debater questões inerentes à renovação do contrato com o Google.
5. Resultados do Plano de Gestão 2024-2025.

2) DEBATE:

1. Informado que a magistrada responsável pela 178ª Zona Eleitoral de Curitiba atua como Juíza de Cooperação de 1º Grau e coordenará especialmente os projetos que envolvem o “Pacto pela Paz nas Eleições 2024”. Neste sentido atuará em todas as ações inseridas no combate a política de gênero, desinformação e *fake news*.
2. Concluído o levantamento dos principais riscos críticos organizacionais que foram gerenciados nos últimos 3 anos no Tribunal.
3. Deliberados os riscos institucionais que serão levados para avaliação do Conselho e posteriormente à SECAUDI, para eventual inclusão no PAA.
4. Noticiado que o risco, referente ao Transporte de Urnas nas Eleições, foi mitigado com a contratação dos Correios.
5. Destacado que até o momento o sistema JANUS não está funcional e quando estiver implantado exigirá monitoramento dos riscos.
6. Mencionado que a renovação do contrato com o Google está em andamento e o objetivo é dar continuidade ao uso da ferramenta.
7. Comunicado que poderá ser realizada licitação específica, com foco na aquisição da ferramenta GEMINI.
8. Apresentadas as matrizes dos riscos institucionais monitoradas pela SECTI e informado que o Plano de Ação, referente à mitigação dos riscos, está transcorrendo conforme o previsto, sem intercorrências.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ

9. Informadas as ações que foram implementadas pela SECOM, a fim de mitigar os riscos da “Divulgação de Informações Conflitantes sobre as Eleições 2024, para o Público Externo, considerando Fontes e Porta-Vozes Internos não Capacitados.” Destacado que foi feito material para compartilhamento com os juízes e servidores.
10. Comunicados os resultados atuais do monitoramento do Plano de Gestão 2024-2025, que contempla 5 pilares, 5 ações cada e 37 metas.
11. Informado que em setembro haverá curso no CNJ que envolve a questão de gênero e que há a possibilidade do Tribunal indicar juízas e servidoras para participarem do referido evento.
12. Destacado que o Pilar Mulheres, do Plano de Gestão, já possui as seguintes ações compridas:
a) Atividade nº 04 “Incentivo e inclusão de mulheres integrantes de grupos vulneráveis no mercado de trabalho”; b) Atividade nº 05 “Inclusão do tema violência política de gênero e representatividade feminina em ações de capacitação e sensibilização”.
13. Anunciado que o Plano Anual de Capacitação - PAC do Tribunal, prevê a possibilidade de realização do curso sobre Governança e Gestão de Riscos, pelos membros do CGER.
14. Após amplo debate, considerando o período eleitoral, restou deliberado que o curso sobre Governança e Gestão de Riscos será realizado pelos membros do CGER em 2025 e o atual orçamento será redistribuído para capacitação de outra área. Definido que em 2025 deve ser pleiteado novo orçamento para que os membros do comitê, que não fizeram curso sobre o tema nos 2 últimos anos, sejam contemplados com o curso de forma presencial ou online/ao vivo.
15. Destacado que o Tribunal já ofereceu cursos sobre Gestão de Riscos e que alguns professores se destacaram quanto ao material e a didática. Salientado que os cursos ao vivo são mais eficientes, uma vez que permitem o aprofundamento da parte prática. Frisada a importância de ser ponderada a escolha da instituição, bem como a seleção do professor que ministrará o curso, com base na indicação de servidores que foram capacitados.
16. Informada a necessidade de verificar se a capacitação dos membros do CGER em Gestão de Riscos, tem algum reflexo no Índice de Avaliação de Governança Organizacional - IESGO (TCU).

3) DELIBERAÇÕES:

1. Deliberar os riscos institucionais que serão levados para avaliação do Conselho, para posterior envio à SECAUDI e análise da viabilidade de inclusão no PAA 2025.
2. Deliberar sobre o orçamento do Plano Anual de Capacitação - PAC 2024, que previu curso sobre Governança e Gestão de Riscos aos membros do CGER
3. Indicar professores conceituados, que já ministraram cursos sobre Governança e Gestão de



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ

Riscos.
4. Realizar estudo sobre a necessidade e a possibilidade de licitação da ferramenta GEMINI.
5. Verificar se há previsão no IESGO - TCU, quanto à obrigatoriedade da realização de capacitação sobre Gestão de Riscos.
6. Verificar orçamento para realização, em 2025, do curso sobre Governança e Gestão de Riscos aos membros do CGER e aos servidores que não o fizeram nos últimos 2 anos.
7. Encaminhar ao Conselho de Governança os riscos institucionais escolhidos pelo Comitê, para posterior envio à SECAUDI e análise da viabilidade de compor o PAA 2025.
ENCERRAMENTO:
Concluídos os trabalhos, eu, Luciana Campanholi, servidora da Seção de Apoio à Governança Institucional, lavrei o presente extrato que, conforme deliberado, será publicado na página da Internet deste Tribunal.